

“Do ponto de vista dos estudantes”: percepções sobre o ensino de sociologia entre discentes da E.E.F.M. Dr. Brunilo Jacó, Redenção – CE.

Justino da Cunha¹

Igor Monteiro²

Introdução: Apresentando uma questão e sua construção

O presente artigo tem por objetivo refletir acerca das percepções discentes sobre o ensino de sociologia no contexto da educação básica. A escola de ensino fundamental e médio Doutor Brunilo Jacó, localizada no Município de Redenção – CE, apresenta-se como campo privilegiado deste exercício de pesquisa inspirado etnograficamente, sendo – portanto – o discurso de parte de seus estudantes a principal matéria de reflexão neste processo.

A ideia desta pesquisa surgiu, é importante destacar, no curso das três disciplinas que estruturam a componente do Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura em Sociologia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), inscrita na região do Maciço de Baturité, também no Ceará. Ao longo das citadas disciplinas, fomos estimulados a perceber os ambientes escolares onde estagiávamos como realidades complexas, espaços socioculturais (DAYRELL,1999), para além de apenas lugares de “regência” sob uma concepção mais ortodoxa do termo.

Assim, esforçando-nos para exercitar a “imaginação sociológica” (MILLS, 1972) e o “pensar racionalmente” (BOURDIEU, 1989), tomando sempre as escolas como “objetos”, é que este trabalho começa a se desenvolver. De início, como estudante guineense, estrangeiro, toda a estrutura educacional me despertava interesse, uma vez que tudo apresentava-se como novo, mas com a inserção cada vez maior no cotidiano escolar, especificamente no cotidiano da escola Doutor Brunilo Jacó, determinadas dimensões

¹ Bacharel em Humanidades (UNILAB) e graduando do curso de Licenciatura em Sociologia (UNILAB).

² Doutor em Sociologia (UFC), professor adjunto do Bacharelado em Humanidades e da Licenciatura em Sociologia (UNILAB).

foram me inquietando mais. E estas inquietações, em sua maioria, me levavam a tentar pensar mais profundamente sobre as experiências dos estudantes naquele contexto.

Desde o início, sobretudo no contexto da primeira disciplina de estágio, de minha atuação na referida escola as falas e as práticas dos estudantes, ou seja, seus modos de viver e atribuir sentido aquele lugar, despertavam meu interesse. Eu queria saber porque se portavam desta ou daquela maneira, porque ocupavam estes e aqueles espaços, o que pensavam da escola e de seus professores, o que gostariam de fazer depois que acabassem tal período formativo e, neste sentido, de modo cada vez mais intenso fui procurando aproximar-se destes agentes.

No entanto, como estudante de um curso de sociologia, as questões e temas referentes a esta disciplina também me afetavam bastante: eu refletia sobre os sentidos da sociologia em tal espaço educacional, sobre seus desafios de consolidação, sobre suas relações com a determinadas compreensões de currículo (SILVA; 2007) etc., sendo assim feito um movimento de minha parte para buscar ocupar-me dos entendimentos e percepções estudantis, de maneira mais especial, acerca do ensino da sociologia. Desse modo, mais que os discursos contidos nos documentos legais, nas legislações ou mesmo nos currículos propriamente ditos, me interessa perceber aquilo que eles experimentavam e compreendiam concretamente da sociologia.

Posteriormente, a partir de leituras (ROWER, 2016; GONÇALVES, 2013) e interlocuções com professores e demais colegas, apercebi-me que estas duas “instâncias” – o conjunto de documentos e as experiências dos indivíduos – não estavam separadas, sendo mutuamente informadas. Notadamente no que diz respeito às experiências discentes, dei-me conta de que elas poderiam ser um interessante “caminho” para pensar sobre a própria materialização das intenções e objetivos do que poderia chama de “cena documental”.

Portanto, o que se tenciona aqui é estabelecer um exercício de pesquisa, situado empiricamente na escola Brunilo Jacó, que, em termos gerais, possa vir a contribuir com o processo de necessária reflexão sobre a relação existente entre sentidos da presença da sociologia na Educação Básica e a experiência de entendimento acerca da mesma mobilizada por seus estudantes. Por fim, é importante dizer que, sem dúvida, esta é uma investigação ainda em período inicial, produzida sob um espírito exploratório, que demanda incontavelmente mais tempo em termos de trabalho de campo e, igualmente,

teórico, mas que considerando o contexto de formação no qual me insiro – em breve, egresso de um curso de licenciatura em sociologia – parece neste sentido ter sua justificativa: tematizar a escola e seus agentes, esforçar-me por compreender o “ponto de vista” dos discentes em relação à presença da sociologia, meu futuro campo de atuação, em seu cotidiano escolar.

2. A sociologia na escola: breves notas sobre uma trajetória descontínua

O currículo do ensino de Sociologia na educação básica, como afirma Rower (2016), ainda está em processo de construção, o que não deixa de relacionar-se com o modo de experienciar e atribuir significado a tal disciplina por parte dos estudantes. Este esforço por consolidação, ainda dialogando com a autora, mobiliza um vasto conjunto de agentes, produções teóricas, pesquisas empíricas e legislações, sendo a articulação produzida neste contexto também uma ferramenta de enfrentamento dos desafios que se impõem ao referido processo.

Desse modo, antes de trabalhar concretamente com as considerações discentes sobre o ensino de sociologia, urge uma apreciação, mesmo que breve, acerca da história desta disciplina no cotidiano da educação básica, uma história marcada mais por descontinuidades e interrupções que, propriamente, por um senso de consolidação. Interessante perceber como esta dinâmica de presença/ausência da disciplina ao longo do tempo, como bem afirma Rower (2016), apresenta-se como um dado valioso para pensar a pluralidade de sentidos e funções a ela atribuídos no curso dos anos, o que repercute diretamente na variabilidade dos conteúdos escolhidos a se ministrar (o que se ensinar), bem como no domínio da prática didática (como se ensinar), sem deixar de envolver os processos de compreensão discente (para quem se ensina).

Isto posto, importa destacar que o início do percurso da sociologia no que se entende por Educação Básica no Brasil toma forma, primeiramente, a partir de uma proposta que não se consolida, mas que – de certo – modo pode ser entendida como uma espécie de aceno para o reconhecimento da importância da matéria nos processos educativos nacionais. Tal proposta não consolidada reside nos “Pareceres” de Rui Barbosa que, entre os anos de 1882 e 1883, visava a substituição da disciplina de Direito Natural pelo ensino de Sociologia nos cursos superiores de Direito e a inserção da última no contexto da escola secundária.

Estas tentativas de inserção da sociologia na escola secundária, no entanto, tem um novo capítulo no ano de 1891, a partir da reforma promovida pelo Ministro Benjamin Constant. Contudo, a obrigatoriedade da disciplina não é consolidada por causa de desentendimentos entre o então Ministro e o Governo da época, bem como pela morte prematura de Constant. Apenas no ano de 1925, com a Reforma Rocha Vaz, é que a sociologia figurará obrigatoriamente dentre o “conjunto de estudos” que compõem os anos finais do ensino secundário, junto, é importante frisar, com outras disciplinas como, por exemplo, história da filosofia.

Em 1931, a Reforma Francisco Campos mantém a obrigatoriedade da sociologia no curso complementar do ensino médio, tornando-a ainda requisito para admissão nos cursos jurídicos do ensino superior, bem como para medicina, farmácia, odontologia, engenharia e arquitetura. Válido destacar que no ano de 1933, a graduação em Ciências Sociais é criada na Escola Livre de Sociologia e Política, e no ano de 1934 tal curso é criado na Universidade de São Paulo.

A instituição da obrigatoriedade da sociologia no ensino secundário e a criação dos citados cursos de graduação em Ciências Sociais como etapas de um processo de consolidação, mais que uma disciplina, mas de um campo, sofre, todavia, uma interrupção no contexto da Reforma Capanema, do ano de 1942, que exclui a presença obrigatória da Sociologia na escola secundária, reservando apenas espaço para esta na forma de conteúdos ensinados no contexto do Curso Normal.

E mesmo com a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, em 1961, certa presença “tímida” da sociologia ainda oferece o tom principal de seu tratamento nos contextos escolares. Para esta LDB, por exemplo, a sociologia figura como disciplina optativa ou facultativa nos currículos do denominado ensino médio, ficando a cargo dos conselhos estaduais indicarem as relações de tais disciplinas optativas com as escolas. Nítido, portanto, é a perda não apenas do espaço concreto da sociologia, mas a admissão de um horizonte cada vez mais distante em termos de consolidação de um projeto de ensino mais alargado e constante da disciplina. Com a LDB de 1971, o caráter optativo, inclusive, se mantém, excetuando-se no caso do Curso Normal, de formação para o magistério, que a representa no âmbito da Sociologia da Educação.

No ano de 1982, há a revogação, com a Lei nº 7.044/82, da obrigatoriedade do ensino profissionalizando no 2º grau, o que implica a flexibilização dos currículos

escolares. No bojo deste processo, a sociologia começa a ser retomada pelos conselhos estaduais de educação, dando início ao que Mores (2011) chamou de “campanha” pela obrigatoriedade da disciplina no ensino médio. Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, em 1996, a partir da disposição 9.394, retomam a sociologia como componente curricular obrigatório do ensino médio, em caráter nacional. No entanto, à afirmação desta presença se soma uma espécie de lacuna no que diz respeito ao modo como tais conteúdos, concretamente, poderiam ser trabalhados. Interpretações indicando o trabalho de modo interdisciplinar surgem, o que não deixa de interpelar a sociologia diretamente em termos, por exemplo, de certa autonomia curricular e concreta exploração.

O ano de 1997 é marcado por tentativas de superar o mal-estar produzido pelas distintas interpretações do cenário constituído no ano anterior. É neste sentido que Projeto de Lei nº 3.178, de autoria do deputado federal Padre Roque Zimmermann (PT-RS), começa a tramitar na câmara, tendo como principal objetivo a inclusão tanto da Sociologia quanto da Filosofia como “disciplinas obrigatórias”, reconhecendo-as como elementos de contribuição necessária à formação humanística dos sujeitos. Contudo, não obstante o citado Projeto de Lei, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio confirmam o tratamento interdisciplinar da sociologia e da filosofia no âmbito escolar, sendo a autonomia de tais disciplina uma vez mais golpeada no ano de 2001, com o veto promovido pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso ao Projeto de Lei em questão, alegando ônus ao para Estado.

Uma mudança mais robusta no cenário descrito apenas se fará acontecer, então, no ano de 2008, com a Lei 11.684 que alterava o artigo 36 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, sancionando a obrigatoriedade das disciplinas de Filosofia e Sociologia como componente curricular em todas as séries do ensino médio. Tal lei, é importante ressaltar, pelo menos por certo período, animou a produção de diversos esforços de formação, de discussão teórica e metodológica e de desenvolvimento de investigações no intuito de considerar as necessidades concretas desta nova etapa da história da sociologia no país.

Contudo, enganamo-nos quando a compreendemos como o capítulo final deste percurso. Uma vez mais, a marca da intermitência da sociologia na educação básica brasileira se faz ver em toda sua intensidade a partir da promulgação da Lei 13.415 do ano de 2017, alterando a Lei 9.394 de 1996, que retira a obrigatoriedade da disciplina de

sociologia como componente curricular no ensino médio. Esta nova composição do campo em análise, escusado dizer, repercute diretamente na produção de conflitos, disputas, e porque não angústias, que envolvem distintos atores e segmentos: a política de educação nacional, o campo da sociologia em sentido mais amplo, os cursos de licenciatura, a demanda por concurso, a elaboração de materiais didáticos, a perspectivas de professores de sociologia e, igualmente, a compreensão do lugar desta disciplina por parte dos estudantes em seu próprio processo formativo, o que será privilegiado no próximo item deste trabalho.

3. Percepções discentes sobre o ensino de sociologia

Com o objetivo de buscar compreender os sentidos da presença da sociologia no ensino médio a partir do ponto de vista discente, optei por empreender uma pesquisa baseada na experiência de uma “observação participante” (HAGUETTE, 2013; BOURDIEU, 1989). Este método, portanto, foi o que me permitiu fazer uma investigação “situada”, privilegiada no que diz respeito à construção de um tipo conhecimento informado, sobremaneira, pela empiria porque implicava uma interação contínua com os sujeitos em questão.

Para construir as interlocuções necessárias com os estudantes, aproveitei todas as oportunidades que tive, ao longo das disciplinas de estágio no curso de sociologia, para estabelecer aproximações, produzir relações de confiança e cultivar um escuta delicada. Assim, como afirma Cardoso de Oliveira (1998), tanto o *olhar* quanto o *ouvir* foram mobilizados como potentes “faculdades de entendimento” da experiência do outro, sendo capitais em todas as etapas de minha “observação participante” no local. Foi, somente, após tais aproximações – ou seja, depois que consegui, de certo modo, fazer parte da “cena local” – que as impressões, opiniões, críticas, reflexões e percepções elaboradas pelos estudantes se tornaram acessíveis para mim.

Como dito, o campo da investigação ora apresentada foi a Escola de Ensino Fundamental e Médio Dr. Brunilo Jacó, situada na cidade de Redenção que, por seu turno, localiza-se na região do Maciço de Baturité, parte do Estado do Ceará. A “Brunilo”, como os próprios estudantes a chamam, possui 18 turmas, com 640 alunos. Ela é uma das quatro escolas públicas do citado Município de Redenção, tendo sido escolhida como campo empírico privilegiado por ter uma forte relação com o curso de sociologia da UNILAB,

abrigo estudantes dos três estágios que compõem o currículo do referido curso. E, mais especificamente, a “Brunilo” foi o local em que estagiei, o que possibilitou – como exposto – maiores oportunidades de estabelecimento de relações mais íntimas com sua comunidade, sobretudo, a discente.

A pesquisa que origina este TCC, de modo mais intenso, realizou-se durante o semestre em que passei em contato bastante próximo, na condição de estagiário, com os estudantes do 2º ano do ensino médio. Esta presença constante entre estes sujeitos gerou um vasto número de conversas sobre os sentidos da sociologia naquele espaço, tendo algumas delas sido retomadas na forma de entrevistas. Mais que instrumentos de extrema objetividade, de certa maneira considerados “fechados”, optei por trabalhar com uma espécie de roteiro mais fluido, por meio do qual os sujeitos entrevistados não se sentissem dirigidos, tolhidos ou pressionados.

É importante destacar que nem todas as conversas tornaram-se entrevistas e, tampouco, nem todos os estudantes do 2º ano foram entrevistados. O que priorizo aqui, enquanto objeto de reflexão, portanto, são os discursos de interlocutores que considerei “privilegiados”: aqueles e aquelas que demonstraram maior interesse em contribuir com a pesquisa, que não se furtaram à manutenção de diálogos mais duradouros e que expressavam distintos pontos de vista, podendo seus relatos serem entendidos como uma espécie de representação de “casos possíveis”. Válido também dizer que, para além do teor da entrevista e da relação com os entrevistados em si, existiu nesta investigação o cultivo de uma sensibilidade quanto aos ambientes de concessão das entrevistas, evitando – assim – espaços em que os interlocutores não se sentissem “confortáveis” para expor seus pontos de vista, como salas de aula, coordenações e demais ambiências marcadas por condições assimétricas de poder.

Em sentido geral, o roteiro foi composto por perguntas que buscavam relacionar, especialmente, três dimensões concernentes ao ensino da sociologia. A primeira delas diz respeito ao entendimento dos estudantes acerca da sociologia enquanto disciplina e ciência. A segunda dimensão refere-se ao que poderíamos chamar de expressão prática da disciplina na sala de aula ou, em outros termos, como ela de modo concreto é trabalhada em sua presença nos cotidianos da sala de aula e também no escolar, numa perspectiva mais ampla. A terceira e última dimensão a ser explorada relaciona-se com a mobilização de reconhecimento ou não de contribuições advindas do ensino de sociologia para a vida do discente, ultrapassando os “muros escolares”.

A proposta de articulação acima exposta se justifica, a meu ver, como uma tentativa de pensar os contornos dos “o que se ensina”, “como se ensina” e “porque se ensina”, mas – sobretudo – como os processos de entendimento acerca da disciplina são concretamente experienciados pelos discentes, ou seja, pelos “para quem se ensina”. Esta, ainda sob nossa ótica, pode ser uma valiosa ferramenta para cotejar o significado produzido pelo ensino da sociologia entre os sujeitos discentes e conjunto de intenções que anima tal ensino, condensado em considerável número de documentos, regimentos, diretrizes e resoluções.

3.1 Tecendo o diálogo

De acordo com a maioria dos entrevistados, perguntados sobre como entendiam “o que é a sociologia”, tal disciplina articula-se intimamente com as diversas dinâmicas do mundo social, da sociedade em que eles mesmo também residem. Interessante destacar que uma das falas, por exemplo, elabora uma definição que, de fato, parece dialogar com um entendimento mais “acadêmico” da disciplina, ressaltando a olhar que a sociologia dirige não apenas para os homens, mas também para “suas instituições”.

Desse modo, é possível indicar um entendimento discente que admite a pluralidade das relações sociais, reconhecendo também o amplo campo de reflexão da sociologia: alguns entrevistados, por exemplo, citam as relações familiares, outros fazem menção ao estado, às formas de organização política e às distintas experiências de associações dos diferentes grupos humanos. Um interlocutor, no entanto, situou a sociologia como um estudo das sociedades do passado, não se aproximando, por tanto, de outras compreensões que acenavam para a mudança de valores sociais e dos próprios comportamentos coletivos.

Válido destacar que mesmo admitindo um campo alargado para a reflexão sociológica e também se reconhecendo como atores deste campo, em outra série de perguntas, alguns discentes afirmaram nunca terem “utilizado a sociologia” em sua vida cotidiana. Outros, também é importante frisar, afirmaram apenas ter utilizado o conhecimento aprendido nas salas de aula para pensar sobre as classes sociais e a sociedade capitalista. Estes dois conjuntos de afirmação podem talvez nos levar a pensar sobre questões acerca da real mobilização das noções de “estranhamento” e

“desnaturalização” do mundo social ou a uma relação, presente em alguns discursos, que define a sociologia apenas como “uma crítica ao modo de produção capitalista”.

Certa variação no entendimento do que é a sociologia e para que onde se dirige sua atenção também, considerando alguns relatos, pode ter relação com o “como se ensina”. Explico-me melhor: segundo alguns interlocutores, a “matéria é passada” por meio de diálogos constantes e debates acerca de temas atuais; contudo, a linguagem, por vezes, torna-se um impedimento para o maior “envolvimento” da turma, apresentando-se como um dispositivo de afastamento ou de não compreensão daquilo que é proposto em termos de conteúdo.

Ainda seguindo com a discussão acima proposta, o “pouco tempo de aula” para uma disciplina que necessita de tantos debates também aparece como elemento de dificuldade para a construção do conhecimento visado. Para alguns interlocutores, além deste pouco tempo de aula e do fato de terem poucos encontros na semana para tratar dos temas concernentes à sociologia, as dificuldades se acentuam pelo fato dela não ser tão “valorizada” quanto outras matérias, tais como física, matemática, português ou biologia. Este sentido de valorização, de acordo com um relato, parte também dos próprios discentes que, muitas vezes, não são afetados pelas possibilidades “críticas do conhecimento sociológico”.

A despeito desta sensação de falta, como exposto no último relato, a importância da sociologia na escola, para os discentes, parece residir justamente neste cultivo das capacidades críticas, de um hábito de “questionar, de pensar”, inclusive, sobre o próprio cotidiano dos estudantes. Tais questionamentos, assim, aparecem para alguns interlocutores como importantes elementos de “cidadania”, de “pensamento” frente às instituições e das demais relações sociais que os envolvem. Alguns discentes pontuam ainda que, juntamente com a história e a filosofia, a sociologia – em complementariedade com estas duas disciplinas – promove uma “outra visão de mundo”, sem a qual a “ignorância” seria uma das principais marcas da vida humana em sociedade.

Curioso, no entanto, é perceber como o reconhecimento, por parte de vários sujeitos estudantes, da importância da sociologia na escola e na sociedade em sentido geral não corresponde ao desejo, por parte da quase totalidade de estudantes entrevistados, de segui-la enquanto profissão. Um único interlocutor sinalizou a possibilidade de se formar em sociologia apenas, todavia, associando-a com outra

formação “primeira”, no caso direito. Outros afirmaram que mesmo “gostando” da disciplina e “reconhecendo sua importância” sentem que seriam valorizados o suficiente se isto fosse comparado com outras formações profissionais.

Este conjunto de discursos, apreciações e críticas, assim, revelam os sentidos de compreensão da disciplina mobilizados, pelos menos por uma parte, de estudantes, introduzindo talvez uma interessante chave analítica para pensarmos o processo de consolidação da sociologia na educação básica, mas – sobretudo – suas experimentações concretas e os possíveis efeitos de sua longa história de intermitências.

4 “Para não concluir”: notas sobre a presença da sociologia na escola

Longe de buscar explicitar quaisquer afirmações definitivas, o presente trabalho – a partir, notadamente, do estabelecimento de uma interessante interlocução com alguns dos discentes da Escola Dr. Brunilo Jacó – objetiva, como “conclusões”, partilhar questões. A compreensão dos discentes sobre o ensino de sociologia na educação básica, assim, apresenta-se como um valioso elemento de reflexão, mais ampliada, sobre o campo em si do ensino e da presença da sociologia nas escolas.

Como uma primeira questão, gostaria de sinalizar a existência de determinadas expressões de “discordância” entre aquilo que é proposto por documentos como as “Orientações Curriculares Nacionais” e a concreta experiência entre os discentes no que concerne ao ensino de sociologia. Pelos relatos aqui apresentados, por exemplo, para alguns estudantes as ideias estruturantes de “estranhamento” e “desnaturalização” parecem não se manifestar de forma robusta, o implica uma compreensão talvez não potente quanto as possibilidades do “pensar sociológico”.

Todavia, e esta é a segunda questão a ser pontuada (que se deriva do reconhecimento da discrepância entre os “documentos” e a “experiência prática”, se pudermos colocar nestes termos), esta manifestação tímida, pelo menos para alguns estudantes, de “estranhamento” e da “naturalização” em seus discursos pode guardar alguma relação própria formação docente, ou seja, relacionar-se com aspectos circunscritos às dinâmicas dos cursos de licenciatura em sociologia. A relação desta formação com a escola, portanto, seria repleta de desafios, sendo um deles formulado a partir da necessária reflexão sobre a sociologia enquanto “ciência” e a sociologia como

“disciplina”. Em que medida, deste modo, não estaríamos reproduzindo nas licenciaturas modelos formativos que não levam em conta toda a complexidade dos espaços escolares mesmo sendo estes os lugares de atuação dos egressos?

Ainda sobre os cursos de licenciatura, o que seria a terceira questão a partilhar, seria interessante tomar as experiências dos estágios curriculares como objeto de atenção constante. Tais inserções concretas no cotidiano escolar, sem dúvida, permitem o alargamento de um olhar sobre a escola, considerando-a um espaço social de enorme vitalidade, e não apenas um lugar de formação técnica. Ou seja, uma inserção dos licenciandos sensível às práticas e sociabilidades variadas, às disputas e conflitos diversos, que compõem a escola em alguma medida, por exemplo, também poderia contribuir com a diminuição de apartações de diversas ordens, como as de linguagem, entre a própria sociologia, os discentes e seus cotidianos.

Um modelo de “clássico” de regência (este sendo o quarto e último ponto deste exercício de partilha de questões), diante do exposto, poderia ser assim interpelado, mobilizando esforços para a construção de uma disposição crítica a partir da sociologia, sem reduzi-la ao seu caráter apenas de conteúdo. Em outras palavras, a própria escola – como espaço social bastante complexo, estruturado por uma diversidade de atores e políticas – poderia, por exemplo, informar os exercícios reflexivos da sociologia, ser matéria também para a “imaginação sociológica” (MILLS, 1972). Para além das dinâmicas escolares, o cotidiano mais ampliado dos estudantes ou, em um sentido mais alargado, a experiência social atual poderia figurar, igualmente, como objeto de atenção da sociologia na escola, constituindo em sua empiria privilegiada.

O que se objetivou apresentar aqui, por fim, foi apenas mais um movimento de reflexão sobre um história de intermitência, de presenças e ausência da sociologia na escola, o que – indubitavelmente – deixa marcas em um processo ainda corrente, é válido destacar, de consolidação. E, sobretudo, por ser ainda corrente, este é um evento que demanda uma atenção profunda e delicada, sensível, inclusive, ao que aqui foi chamado de “ponto de vista discente” como um importante elemento de reflexão, pensamento, crítica e, também, avaliação de como se dá a presença concreta da sociologia nos universos escolares.

5. Referências bibliográficas

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

DAYRELL, J. A escola como espaço sociocultural. In: _____. (Org.). *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

GONÇALVES, D. N. *Sociologia e juventude no ensino médio: formação, PIBID e outras experiências*. Campinas: Pontes Editores, 2013.

HAGUETTE, T. M. F. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MILLS, C. W. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MORAES, Amaury Cesar. Licenciatura em ciências sociais e ensino de sociologia: entre o balanço e o relato. *Tempo social*, vol.15 no.1, São Paulo, Apr.2003.

OLIVEIRA, R. C. *O trabalho do antropólogo*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 1998.

RÖWER, Joana Elisa. *Por Uma Sociologia da Suspensão: Ensino de Sociologia e Narrativas de Si como Dispositivo de Formação*. Santa Maria, RS, 2016.

SILVA, T. T. da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.